

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VICTOR HUGO JOSÉ BORGES

**NÍVEL DE COMPARABILIDADE DAS ESCOLHAS CONTÁBEIS NOS
RELATÓRIOS DE COMPANHIAS LISTADAS NA B3 DO SETOR BANCÁRIO**

UBERLÂNDIA

2018

VICTOR HUGO JOSÉ BORGES

**NÍVEL DE COMPARABILIDADE DAS ESCOLHAS CONTÁBEIS NOS
RELATÓRIOS DE COMPANHIAS LISTADAS NA B3 DO SETOR BANCÁRIO**

Artigo acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Reiner Alves Botinha

UBERLÂNDIA

2018

RESUMO

A Estrutura Conceitual aponta que as demonstrações contábeis devem apresentar a característica de comparabilidade para que seja útil, pois assim, poderá ser comparada com informação similar acerca de outras entidades e também sobre ela mesma com relação a outros períodos. Considerando que as Normas Internacionais de Contabilidade permitem às entidades a possibilidade de escolhas contábeis para que representem fidedignamente suas demonstrações contábeis, podem influenciar a comparabilidade entre os relatórios contábeis entre as empresas. O presente trabalho teve como objetivo investigar se as escolhas contábeis adotadas pelas companhias com relação à Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) afetam o grau de comparabilidade dos relatórios financeiros das companhias listadas. A amostra foi composta por 25 companhias bancárias abertas listadas na B3, considerando os anos de 2015, 2016 e 2017, sendo os dados coletados através do próprio sitio eletrônico da B3. As escolhas contábeis analisadas foram as escolhas denominadas como “opções claras” expostas na pesquisa de Cole, Branson e Breesh (2011) e o nível de comparabilidade foi identificado por meio do Índice de Herfindahl (Índice H) (TAPLIN, 2004). Os principais resultados mostraram que de forma geral, dentre os itens analisados e as escolhas contábeis definidas pelas companhias, se mostraram ter baixo nível de comparabilidade para dividendos pagos, dividendos recebidos e juros recebidos. No entanto, para os juros pagos, o índice de comparabilidade evidenciado aponta um grau moderado de comparabilidade. No que se refere ao método de elaboração das DFCs pelas companhias todas elas adotam o critério indireto para suas demonstrações para todos os anos analisados.

Palavras-chave: Escolhas contábeis; Comparabilidade; Demonstração do fluxo de caixa; Índice H.

ABSTRACT

The Conceptual Framework is that, as they are counted, they must have a comparability feature to be useful, as they can be compared with other information and others. Planning International Accounting Standards with the same possibilities of accounting choices to impartially represent your financial statements, you can influence a comparison between accounting projects between companies. The work was developed to investigate the variables adopted by the companies related to the Cash Flow Statement. From the year 2015, 2016 and 2017, the average number of years of B3 was measured. As continuous choices were evaluated as options "clear options" in the Cole, Branson and Breesh (2011) survey and the level of comparison was identified through the Herfindahl Index (H Index) (TAPLIN, 2004). The subsidiaries were selected in general, so the most common and oldest received the dividends paid and interest received. However, in order to obtain the paid payments, the comparability index evidenced is a moderate degree of comparability. Regarding the method of extracting the DFCs, companies adopt all indexation statistics for their statements for each year.

Keywords: *accounting choices; comparability, cash flow statement, H index.*

1 INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis são elaboradas com o objetivo de fornecer informações úteis para que os usuários interessados sejam capazes de tomar decisões para alcançarem seus objetivos e finalidades. Dessa forma, as demonstrações são elaboradas a partir da prescrição da Estrutura Conceitual que fundamentam a sua apresentação aos usuários externos (CPC 00, 2011).

Considerando que os relatórios contábeis devem fornecer informações acerca dos seus recursos econômicos, as características qualitativas devem ser aplicadas a essas demonstrações para que sejam úteis e relevantes, além de denotar representação fidedigna das informações aos usuários. De acordo com a Estrutura Conceitual (CPC 00, 2011), essas características qualitativas são divididas em dois grupos: fundamentais (relevância e representação fidedigna) e de melhoria (verificabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade), sendo este último item, o foco do presente estudo.

Assim, ainda de acordo com a Estrutura Conceitual (CPC 00, 2011), apresentar a característica de comparabilidade nas demonstrações contábeis, resultará em informação útil, pois uma entidade poderá ser comparada com informação similar sobre outras entidades e até mesmo sobre ela própria com relação a outro período ou data.

Escolhas contábeis são quaisquer decisões que tem como objetivo influenciar o resultado da Contabilidade, sendo não só as demonstrações contábeis, mas todas as informações que derivam dela (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001). Assim, as normas contábeis permitem flexibilidade para as empresas para que elas realizem suas escolhas contábeis, de maneira que se tenha uma representação fidedigna da situação econômico-financeira através das demonstrações contábeis (SILVA; MARTINS; LEMES, 2016).

No entanto, a flexibilidade de se optar por uma escolha contábil gera uma possibilidade de ser utilizada para diversos objetivos, que conforme Barth (2014), falta ser melhor explícito nas Normas Internacionais de Contabilidade, denominadas como IFRS (*International Financial Reporting Standards*), que possibilitam mais de uma opção válida para contabilizar o mesmo evento contábil.

Por outro lado, ao passo que a flexibilidade resultante da opção das escolhas contábeis permite às empresas maior fidedignidade às suas demonstrações financeiras, podem, no entanto, impactar na comparabilidade desses relatórios (PINTO et al., 2015).

O CPC 03 (2010) que trata acerca da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), permite que itens sejam classificados em diferentes subgrupos, dando às empresas uma subjetividade no que diz respeito à escolha contábil, possibilitando que se adeque à sua realidade econômica ou simplesmente, tenha preferência em adotar determinada escolha. Segundo a norma, os fluxos de caixa relacionados aos juros (JCP) e dividendos pagos sobre o capital próprio e os juros (JCP) e dividendos recebidos sobre o capital próprio, devem ser evidenciados separadamente e apresentados claramente como resultantes de atividades operacionais, de financiamento e investimento, considerando as especificidades dos negócios das entidades.

Dessa forma, o pronunciamento define uma apresentação principal e uma alternativa para que se evidenciem os itens na DFC. Para os juros pagos e recebidos, a classificação recomendada pelo CPC 03 é que sejam evidenciados em fluxo de caixa de atividades operacionais, sendo uma opção alternativa para os juros pagos, sua classificação no fluxo de caixa de atividades de financiamento e para os juros recebidos, em fluxo de caixa de atividades de investimento.

Para os JCP e dividendos sobre o capital próprio recebidos, o pronunciamento recomenda que seja evidenciado em fluxo de caixa de atividades operacionais, mas dão a alternativa de classifica-los como fluxo de caixa de atividades de investimento. Para os JCP e dividendos sobre o capital próprio pagos, recomenda-se a definição em fluxo de caixa de atividades de financiamento e como alternativa, em atividades operacionais (CPC 03, 2010).

Diante do que foi apresentado, a pesquisa traz a seguinte questão norteadora: “Qual o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis de companhias abertas do setor bancário listadas na B3, devido às escolhas contábeis adotadas na DFC?”.

O objetivo da pesquisa é investigar se as escolhas contábeis adotadas pelas companhias com relação à DFC afetam o grau de comparabilidade dos relatórios financeiros das companhias listadas. A amostra da pesquisa é composta por companhias bancárias abertas listadas na B3, sendo os dados coletados através do próprio sitio eletrônico da B3. As escolhas contábeis analisadas foram as escolhas denominadas como “opções claras” expostas na pesquisa de Cole, Branson e Breesh (2011), que são aquelas que abordam as opções de classificação de juros recebidos como fluxo de caixa operacional ou de investimento, o método de elaboração da DFC (direto e indireto) e os juros (JCP) e dividendos sobre o capital próprio pagos (fluxo de caixa de financiamento ou operacional). O nível de comparabilidade foi identificado por meio do Índice de Herfindahl (Índice H) (TAPLIN, 2004).

A pesquisa justifica-se quanto à amostra, por ser um setor importante de ser analisado pois tem poder econômico, potencial de investimentos e é uma área que pode definir e aumentar práticas sociais bem sucedidas (GUIMARÃES FILHO; GOMES, 2010).

Espera-se com os resultados da pesquisa, obter um panorama do alcance dos objetivos propostos pelo IASB quanto à harmonização contábil, uma vez que, segundo Nobes (2011) não houve harmonização de fato nos últimos anos, uma vez que, na prática, existem várias escolhas contábeis disponíveis e isso entra em conflito com os objetivos do órgão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Comparabilidade de relatórios financeiros

De acordo com a Estrutura Conceitual, comparabilidade é a “característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles” (CPC 00, 2011, p.17). Ainda de acordo com o documento, a comparabilidade não está relacionada a um único item, mas requer pelo menos dois.

No entanto, a comparabilidade não quer dizer uniformidade, já que para que uma informação seja comparável, itens iguais devem parecer iguais e itens diferentes devem parecer diferentes, pois não é apropriada que a comparabilidade da informação contábil-financeira faça que coisas diferentes pareçam iguais ou vice-versa (CPC 00, 2011, item QC 23).

Pinto et al. (2015) investigaram o nível de comparabilidade das escolhas contábeis de empresas brasileiras listadas no Ibovespa, de acordo com a evidenciação de itens da DFC. Ao analisar itens de juros pagos, juros recebidos, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos e dividendos pagos, os autores verificaram que o índice de comparabilidade foi baixo para alguns itens em 2010, mas que após a análise até o ano de 2014, percebeu-se que houve um aumento devido à qualidade da informação contábil. Foi ressaltado que empresas rentáveis, com níveis de endividamento e fluxo de caixa operacional negativo, fazem escolhas que tem o objetivo de aumentar esse fluxo de caixa da empresa, ou seja, podem existir incentivos diante das escolhas realizadas pelos gestores.

Botinha, Santos e Lemes (2013) analisaram o impacto das escolhas contábeis aplicadas à mensuração dos ativos biológicos a valor justo na comparabilidade em relatórios contábeis de 2008 a 2012 após a adoção das IFRS. Os autores apontaram que após a obrigatoriedade da

IFRS, as companhias passaram a adotar o valor justo para estes itens, resultando em práticas comparáveis.

Barth (2014) aponta que devido à adoção das IFRS a comparabilidade é importante, pois resulta em benefícios ao mercado de capitais, como liquidez, volume de ações e informações exclusivas das empresas.

A pesquisa de Cole, Branson e Breesh (2011) teve como objetivo investigar se companhias europeias que adotam a escolhas contábeis oferecidas pelo IFRS eram comparáveis e se fossem, quais eram os determinantes que influenciam essas escolhas. Através da análise de 79 companhias, os autores verificaram que elas possuem relatórios financeiros comparáveis e que mesmo que as escolhas fossem usadas de formas diferentes, é de interesse do IASB (*International Accounting Standards Board*) o desenvolvimento do processo de definição de padrões. Além disso, os autores apontaram que o país em que está situada uma companhia, é um determinante que influencia nas escolhas contábeis, bem como a influência da empresa de auditoria exercer impacto sobre o formato das demonstrações contábeis e sua divulgação.

2.2 Demonstração do fluxo de caixa

O CPC 03 (CPC, 2010, p. 2) aponta que a DFC apresenta informações que “são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis, uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa”.

O pronunciamento ainda aponta que por meio da apresentação do desempenho operacional das empresas pela DFC, possibilita-se o incremento da comparabilidade dentre diversas entidades, visto que diminui os efeitos de adoção de diferentes critérios contábeis para mesmos itens e transações (CPC 03, 2010).

Nesse sentido, o pronunciamento cita que as organizações, incluindo as instituições financeiras, possuem usuários que tem a necessidade de entender sobre a geração e utilização do caixa e seus equivalentes. Isso porque, as entidades devem apontar aos seus usuários as ações que impactam suas operações, as suas obrigações e têm-se a necessidade de dar retorno aos seus investidores (CPC 03, 2010). Diante disso, o CPC 03 aponta as seguintes definições (Quadro 1):

Quadro 1 – Definições acerca da DFC

Item	Definição
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor
Atividades operacionais	São as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento
Atividades de investimento	São as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa
Atividades de financiamento	São aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade

Fonte: elaborado a partir das definições do CPC 03 (2010).

O pronunciamento CPC 03 (2010) aponta para elaboração da DFC, dois métodos: indireto e direto e deve classificar os fluxos de caixa em operacionais, de investimentos e de financiamentos. O item 19 do CPC 03 indica que o método direto aponta informações sobre os recebimentos brutos e pagamentos brutos e o método indireto, apresentado no item 20, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado através do ajuste do lucro ou prejuízo líquido.

Com relação aos juros e dividendos, o CPC 03 (2010) aponta que aqueles pagos ou recebidos sobre o capital próprio devem ser apontados separadamente, além de serem classificados de acordo com o período e separados por atividades como operacionais, investimentos ou financiamentos. Assim, o pronunciamento ressalta ainda que o montante de juros pagos deve ser divulgado na DFC e na demonstração do resultado.

Para as instituições financeiras, o CPC 03 (2010) recomenda que juros pagos e recebidos e os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos sejam classificados como fluxo de caixa operacionais. Uma alternativa para os juros pagos e recebidos, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos, podem ser classificados respectivamente como fluxo de caixa de financiamentos e fluxo de caixa de investimentos. Quanto aos dividendos e os JCP pagos recomendam-se serem classificados como fluxo de caixa de financiamento e como alternativa podem ser classificados como fluxo de caixa operacional. Caso se utilize as opções alternativas, que o CPC não recomenda, deve ser evidenciado em nota explicativa (CPC 03, 2010).

2.3 Escolhas contábeis

De acordo com Watts (1992), escolha contábil é aquela em que um gestor tem em detrimento de outra para atribuir tratamento contábil a um item. Além disso, Murcia e Wuerges (2011) apontam que a definição de uma escolha contábil pelos gestores é motivada por incentivos como resultados econômicos e nível de divulgação de informações pelas empresas.

Silva, Martins e Lemes (2016) apontam que a literatura evidencia que não existe uma única teoria para escolhas contábeis, mas que elas são múltiplas, elaboradas por vários agentes em diversos ambientes contratuais e institucionais. Além disso, existe o problema de conhecer quais os fatores levam a fazer determinada escolha contábil e que isso pode variar de empresa para empresa, além de que essa escolha também tem relação com o ambiente externo a ela.

No entanto, as mesmas normas contábeis que dão flexibilidade às escolhas contábeis de modo que resultem em divulgação de informações fidedignas, podem inviabilizar a uniformidade das demonstrações divulgadas (SILVA; MARTINS; LEMES, 2016).

A adoção de determinadas práticas de escolhas contábeis é definida, segundo Jaafar e Mcleay (2007), pelo *status* e tamanho da entidade, sendo também um fator significativo o país em que está situada.

Morais e Martins (2016) estudaram as escolhas contábeis na classificação dos itens das DFC do setor de energia elétrica de empresas listadas na B3. Os autores verificaram que as empresas não mudam o critério de evidenciação dos itens de um ano para o outro e no caso de juros e dividendos pagos sobre o capital próprio, a maioria das empresas evidenciam em fluxos de caixa de financiamento, atendendo ao recomendado pelo CPC 03.

Cole, Branson e Breesh (2011) apontaram que com relação às escolhas contábeis da DFC, para as companhias europeias analisadas de vários setores, acerca dos dividendos pagos, são tratadas como atividades de financiamentos. Além disso, os autores destacam que 82% das companhias adotam o método indireto para elaboração da DFC. Quanto aos dividendos recebidos, 68% classificam no fluxo de caixa de atividades de investimentos, já quanto aos juros pagos, 66% são classificados em fluxo de caixa de atividades operacionais e os juros recebidos 45% são classificados em fluxo de caixa de atividades de investimentos.

Oliveira et al. (2018) pesquisaram o método mais utilizado por companhias abertas de vários setores listadas na BM&FBovespa, quanto à elaboração da DFC, e as razões pela escolha desse método. Os autores verificaram que 48% optam pelo método indireto, pois facilita o processo de comparabilidade entre as demonstrações e também justificam sua adoção pela comodidade.

O estudo de Pinto et al. (2015) apontou que as empresas que são rentáveis, com nível de endividamento e fluxo de caixa operacional, definem escolhas que tem como objetivo aumentar o fluxo de suas atividades.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se quanto ao objetivo como descritiva, considerando que irá apontar o nível de comparabilidade de companhias abertas do setor bancário listadas na B3. Além disso, possui abordagem quantitativa, pois irá “organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 103).

Com relação aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa se enquadra como documental, já que irá analisar dados secundários. Serão investigadas as notas explicativas, bem como as DFC constadas nos relatórios financeiros consolidados publicados pelas companhias bancárias listadas na B3 por meio do sítio eletrônico da CVM. O período de análise dos dados será de 2015 a 2017.

A amostra desta pesquisa é composta de 25 companhias abertas do setor bancário listadas na B3, Bolsa de Valores do Brasil. Ressalta-se que deste número, algumas companhias adotam práticas de governança corporativa, que prezam por “transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa” (B3, 2018). O Quadro 2 aponta as companhias consideradas como amostra desta pesquisa bem como o segmento de governança corporativa em que estão classificadas.

Quadro 2 – Amostra da pesquisa

Razão Social	Segmento
Alfa Holdings S.A.	
Banco Inter S.A.	N1
Banestes S.A. - Bco Est Espírito Santo	
Bco ABC Brasil S.A.	N2
Bco Alfa De Investimento S.A.	
Bco Amazonia S.A.	
Bco Bradesco S.A.	N1
Bco Brasil S.A.	NM
Bco BTG Pactual S.A.	
Bco Estado de Sergipe S.A. – Banese	
Bco Estado do Para S.A.	
Bco Estado do Rio Grande do Sul S.A.	N1
Bco Indusval S.A.	N2
Bco Mercantil de Investimentos S.A.	
Bco Mercantil do Brasil S.A.	
Bco Nordeste do Brasil S.A.	
Bco Pan S.A.	N1
Bco Patagonia S.A.	DR3
Bco Pine S.A.	N2
Bco Santander (Brasil) S.A.	
Bco Santander S.A.	DR3

Brb Bco de Brasília S.A.	
Itau Unibanco Holding S.A.	N1
Itausa Investimentos Itau S.A.	N1
Parana Bco S.A.	

Fonte: Elaborado a partir da B3 (2018).

Legenda: N1 – nível 1 de Governança Corporativa, N2 – nível 2 de Governança Corporativa, DR3 – BDR nível 3, NM – novo mercado.

Ainda segundo a B3 (2018), o critério de classificação tem como objetivo atrair investidores e prezar por regras de governança corporativa diferenciadas, em que as empresas aderem voluntariamente, assegurando o direito de acionistas e disponibilizando informações para que não haja assimetria informacional.

Para execução desta pesquisa buscou-se em um primeiro momento os relatórios financeiros dos anos de 2015, 2016 e 2017 das companhias abertas do setor bancário listadas na B3. Os dados coletados foram: o nome da companhia, seu segmento, método de elaboração da DFC e as escolhas contábeis relacionadas à juros e dividendos pagos e recebidos, com relação às suas atividades operacionais, financeiras ou investimentos. Os resultados desta pesquisa serão discutidos na próxima seção.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise descritiva das DFCs das empresas

O objetivo desta pesquisa é investigar se as escolhas contábeis adotadas pelas companhias com relação à DFC afetam o grau de comparabilidade dos relatórios financeiros das companhias listadas. A amostra então é composta de 25 companhias bancárias abertas listadas na B3 e o período analisado foram os anos 2015, 2016 e 2017.

Segundo informações da B3, duas companhias pertencem ao segmento DR3 de governança corporativa, três ao nível 2, seis ao nível 1 e uma ao novo mercado, sendo que cada nível possui quesitos em que as empresas aderem voluntariamente, prezando por regras de governança corporativa.

Após a tabulação dos dados de todas as 25 companhias bancárias, foi observado que todas elas durante os três anos analisados (2015, 2016, 2017) divulgaram suas DFCs no método indireto. Esses resultados corroboram os achados de Cole, Branson e Breesh (2011) que apontaram que as empresas europeias quase em sua totalidade (82%) divulgaram a DFC também por este método.

4.2 Análise da comparabilidade das DFCs

Nesta seção, foi identificado o nível de comparabilidade por escolha contábil das DFCs de empresas listadas na B3, utilizando-se para isto, o cálculo do índice H. Assim, foram analisadas as DFC publicadas pelas companhias e as notas explicativas das demonstrações dos anos de 2015, 2016 e 2017 para coleta de dados. Os resultados acerca do método de elaboração das DFC pelas empresas são apontados na Tabela 1.

Tabela 1 – Método de elaboração em DFC

Método de elaboração	2017		2016		2015	
	Nº de Empresas	Frequência (%)	Nº de Empresas	Frequência (%)	Nº de Empresas	Frequência (%)
Método Direto	0	0%	0	0%	0	0%
Método Indireto	25	100%	25	100%	25	100%
Não divulgou/Não se aplica	0	0%	0	0%	0	0%
Total de Empresas	25	100%	100%	100%	25	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado na Tabela 1, para todas as empresas analisadas há a predominância da escolha contábil para o método indireto de elaboração da DFC nos três anos analisados (2015, 2016 e 2017). Assim, em 100% das empresas analisadas, há a adoção do método indireto para elaborar suas DFCs e publicá-las. A Tabela 2 aponta então, o nível de comparabilidade para esta escolha contábil.

Tabela 2 – Índice de comparabilidade para método de elaboração em DFC

Método de elaboração	2017		2016		2015	
	Amostra	H-Index	Amostra	H-Index	Amostra	H-Index
Método Direto	0		0		0	
Método Indireto	25	1,000	25	1,000	25	1,000
Não divulgou/Não se aplica	0		0		0	

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 aponta o nível de comparabilidade para o método de elaboração das DFCs para todas as empresas analisadas. O índice H gerou o valor 1, ou seja, é o valor máximo de comparabilidade, considerando que todas as companhias têm como escolha contábil o método indireto para elaboração das suas DFCs para 2015, 2016 e 2017. Dessa forma, considerando que para o método de elaboração, as empresas apresentam DFCs comparáveis. A pesquisa de Oliveira et al. (2018) que teve como objetivo analisar o método mais utilizado por companhias

abertas de vários setores listadas na BM&FBovespa, quanto à elaboração da DFC, e as razões pela escolha desse método, apontou que 48% optam pelo método indireto, pois facilita o processo de comparabilidade entre as demonstrações e também justificam sua adoção pela comodidade. Em consonância, Cole, Branson e Breesh (2011) apontaram que com relação às escolhas contábeis da DFC, 82% das empresas europeias analisadas, adotam o método indireto para elaboração de suas DFCs.

A Tabela 3 aponta as escolhas contábeis para a DFC com relação aos dividendos pagos.

Tabela 3 – Dividendos pagos em DFC

Dividendos pagos	2017		2016		2015	
	Nº de Empresas	Frequência (%)	Nº de Empresas	Frequência (%)	Nº de Empresas	Frequência (%)
Flx operacionais	0	0%	0	0%	0	0%
Flx investimentos	0	0%	0	0%	0	0%
Flx financiamentos	16	64%	16	64%	17	68%
Não divulgou/Não se aplica	9	36%	9	36%	8	32%
Total de Empresas	25	100%	25	100%	25	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 aponta as escolhas contábeis para dividendos pagos nas DFCs definidos pelas empresas analisadas. Em 64% das empresas (total de 16) para os anos de 2017 e 2016, adotaram para dividendos pagos a sua divulgação em fluxo de caixa de financiamentos. No ano de 2015, 17 empresas (68%) adotaram também este critério, sendo que nenhuma empresa não definiu nenhuma das outras escolhas contábeis. Nos três anos analisados houveram empresas que não divulgaram e/ou não aplicaram este item, sendo 9 empresas em 2017 e em 2016 (36%) e 8 empresas (32%) em 2015. A Tabela 4 aponta então, o índice de comparabilidade para dividendos pagos considerando as escolhas contábeis definidas pelas empresas:

Tabela 4 – Índice de comparabilidade para dividendos pagos em DFC

Dividendos pagos	2017		2016		2015	
	Amostra	H-Index	Amostra	H-Index	Amostra	H-Index
Flx operacionais	0		0		0	
Flx investimentos	0	0,5392	0	0,5392	0	0,5648
Flx financiamentos	16		16		17	
Não divulgou/Não se aplica	9		9		8	

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 4 evidencia o grau de comparabilidade entre as DFCs das empresas analisadas considerando as escolhas contábeis definidas para dividendos pagos. Os índices apresentados

apontam que para os três anos o nível de comparabilidade foi baixo. No período analisado, o grau de comparabilidade para dividendos pagos apresentou ser ligeiramente maior no ano de 2015 (H-Index = 0,5648), sendo que nos anos posteriores, o índice apresentou uma queda em que teve o mesmo valor para 2016 e 2017 (H-Index = 0,5392).

Para os juros pagos e dividendos pagos, grande parte das empresas analisadas adotaram como escolha contábil a sua classificação em fluxo de caixa de financiamentos. No entanto, o CPC 03 recomenda que sejam definidos em fluxo de caixa operacionais, ou seja, de acordo com a norma, as empresas estão classificando estes itens como opções alternativas (CPC 03, 2010), mas que entretanto, devem divulgar em Notas Explicativas, o que muitas não o fizeram de forma detalhada apontando quais foram os motivos da não adoção da classificação recomendada pelo CPC 03.

De maneira similar, Morais e Martins (2016) investigaram as escolhas contábeis na classificação dos itens das DFC do setor de energia elétrica de empresas listadas na B3. Eles encontraram que as organizações não mudam o critério de evidencição dos itens com o passar dos anos, e ainda destacaram que no caso de juros e dividendos pagos sobre o capital próprio, grande parte das empresas evidenciam em fluxos de caixa de financiamento, atendendo ao recomendado pelo CPC 03, tornando similar aos resultados desta pesquisa.

Os dividendos recebidos também tiveram suas escolhas contábeis analisadas acerca da DFC em 2015, 2016 e 2017. A Tabela 5 aponta o número de empresas que adotam determinada escolha contábil para dividendos recebidos.

Tabela 5 – Dividendos recebidos em DFC

Dividendos recebidos	2017		2016		2015	
	Nº de Empresas	Frequência (%)	Nº de Empresas	Frequência (%)	Nº de Empresas	Frequência (%)
Flx operacionais	2	8%	2	8%	1	4%
Flx investimentos	14	56%	12	48%	11	44%
Flx financiamentos	0	0%	0	0%	0	0%
Não divulgou/Não se aplica	9	36%	11	44%	13	52%
Total de Empresas	25	100%	25	100%	25	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2017, as DFC publicadas pelas empresas apontaram que 8% (2 empresas) definiram o fluxo de caixa operacionais para divulgar seus dividendos recebidos, sendo também essa quantidade e escolha contábil para o ano de 2016. Em 2015, somente uma empresa, representando 4%, divulgou dividendos recebidos em fluxo de caixa operacional. No entanto, a maioria das empresas definiram como escolha contábil para dividendos recebidos, a sua

divulgação em fluxo de caixa de investimentos, nos três anos, sendo 14 empresas (56%) em 2017, 12 (48%) em 2016 e 11 (44%) em 2015.

Cole, Branson e Breesh (2011) apontaram em pesquisa com empresas europeias que quanto aos dividendos recebidos, 68% classificam no fluxo de caixa de atividades de investimentos, tornando os resultados similares aos desta pesquisa.

Ressalta-se ainda que 9 empresas (36%) não divulgaram e/ou não aplicaram este item em sua DFC, além de 11 empresas (44%) em 2016 e 13 empresas (52%) em 2015 não apresentaram este item nas suas demonstrações. A Tabela 6 aponta o grau de comparabilidade para o item de dividendos recebidos das empresas da amostra no período analisado.

Tabela 6 – Índice de comparabilidade para dividendos recebidos em DFC

Dividendos recebidos	2017		2016		2015	
	Amostra	H-Index	Amostra	H-Index	Amostra	H-Index
Flx operacionais	2		2		1	
Flx investimentos	14	0,4496	12	0,4304	11	0,4656
Flx financiamentos	0		0		0	
Não divulgou/Não se aplica	9		11		13	

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 6 aponta o índice de comparabilidade para os dividendos recebidos nas DFCs, considerando as escolhas contábeis adotadas pelas empresas para este item. Nos três anos analisados, observa-se que em todos os períodos, as DFCs das empresas apresentaram baixo nível de comparabilidade, sendo o ano de 2016 o período de menor nível (H-Index = 0,4304). Em 2017, o índice de comparabilidade para dividendos recebidos apresentados nas DFCs foi de 0,4496 e em 2015, apresentou o índice de 0,4656, apontando assim, níveis baixos de comparabilidade.

O item de juros pagos nas DFCs também foi analisado considerando as escolhas contábeis definidas pelas empresas compostas na amostra, nos anos de 2015, 2016 e 2017, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 – Juros pagos em DFC

Juros pagos	2017		2016		2015	
	Nº de Empresas	Frequência (%)	Nº de Empresas	Frequência (%)	Nº de Empresas	Frequência (%)
Flx operacionais	2	8%	2	8%	2	8%
Flx investimentos	0	0%	0	0%	0	0%
Flx financiamentos	19	76%	19	76%	19	76%
Não divulgou/Não se aplica	4	16%	4	16%	4	16%
Total de Empresas	25	100%	25	100%	25	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 7 aponta que para os juros pagos duas empresas, representando 8% do total das companhias analisadas, adotaram como escolha contábil a divulgação em fluxo de caixa operacionais para todos os anos (2015, 2016 e 2017), destacando-se que se referem àqueles juros resultantes de suas atividades operacionais.

Diferentemente, os achados da pesquisa de Cole, Branson e Breesh (2011) com empresas europeias na elaboração da DFC, 66% das companhias classificam os juros pagos em em fluxo de caixa de atividades operacionais.

O fato de que os juros pagos deveriam estar classificados como fluxo de caixa operacionais, sendo que no entanto, a maioria das empresas classificou como financiamento, aponta que as instituições estão dando preferência às opções alternativas do que ao recomendado pelo CPC 03. Por isso, deve-se levar em consideração a possibilidade de que conforme assentam Pinto et al. (2015), os gestores estão fazendo escolhas que tem como objetivo aumentar esse fluxo de caixa da empresa ou atender incentivos diante das escolhas adotadas pelos gestores.

Além disso, a preferência da adoção de opções alternativas ao recomendado pela norma, também pode ser devido, provavelmente, a incentivos como resultados econômicos e nível de divulgação pelas empresas (MURCIA; WERGES, 2011) e também como as escolhas contábeis variam de empresa para empresa, provavelmente essa escolha tem relação com o ambiente externo à ela (SILVA; MARTINS; LEMES, 2016).

A maioria das empresas (76%), sendo 19 companhias adotaram para todos os períodos analisados, a definição da divulgação de juros pagos em fluxo de caixa de financiamentos como escolha contábil. Os juros classificados em fluxo de caixa de atividades de financiamentos se referem aos JCP. Para aquelas que não divulgaram e/ou não aplicaram este item em suas DFCs, resultaram em um total de 4 empresas (16%) em 2015, 2016 e 2017.

A Tabela 8 evidencia o índice de comparabilidade para os juros pagos nas DFCs publicadas, considerando as escolhas contábeis definidas pelas empresas nos períodos de 2015, 2016 e 2017.

Tabela 8 – Índice de comparabilidade para juros pagos em DFC

Juros pagos	2017		2016		2015	
	Amostra	H-Index	Amostra	H-Index	Amostra	H-Index
Flx operacionais	2	0,6096	2	0,6096	2	0,6096
Flx investimentos	0		0		0	
Flx financiamentos	19		19		19	
Não divulgou/Não se aplica	4		4		4	

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 8 aponta o índice de comparabilidade para os juros pagos, evidenciando que para todos os anos analisados, os valores do H-Index (0,6096) foram iguais, sendo o nível de comparabilidade entre as DFCs das empresas considerado moderado para os juros pagos.

As escolhas contábeis do item de juros recebidos na DFC das empresas analisadas, nos anos de 2015, 2016 e 2017 foram investigadas no que se refere qual método foram definidos pelas companhias, conforme Tabela 9.

Tabela 9 – Juros recebidos em DFC

Juros recebidos	2017		2016		2015	
	Nº de Empresas	Frequência (%)	Nº de Empresas	Frequência (%)	Nº de Empresas	Frequência (%)
Flx operacionais	2	8%	2	8%	2	8%
Flx investimentos	6	24%	5	20%	4	16%
Flx financiamentos	0	0%	0	0%	0	0%
Não divulgou/Não se aplica	17	68%	18	72%	19	76%
Total de Empresas	25	100%	25	100%	25	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado na Tabela 9, os juros recebidos nas DFCs das empresas analisadas considerando o ano de 2017, na maioria das empresas (68%) não foram divulgados e/ou não aplicaram este. No ano de 2016 a quantidade de empresas que também não evidenciaram este item em suas DFC era maior (72% ou 18 empresas) e em 2015 as empresas representam 76% (19 companhias) que não detalharam nas suas DFCs. No entanto, para as empresas que divulgaram os juros recebidos em sua demonstração, definiram como escolha contábil para este item, em 2017 (24% ou 6 empresas) a divulgação no fluxo de caixa de

investimentos, em 2016, 5 empresas (20%) e em 2015 houveram 4 empresas (16%) que divulgaram os juros recebidos em fluxo de caixa de investimentos.

Os índices de comparabilidade para os juros recebidos nas DFCs das empresas da amostra para os anos de 2015, 2016 e 2017 são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 – Índice de comparabilidade para juros recebidos em DFC

Juros recebidos	2017		2016		2015	
	Amostra	H-Index	Amostra	H-Index	Amostra	H-Index
Flx operacionais	2		2		2	
Flx investimentos	6	0,5264	5	0,5648	4	0,6096
Flx financiamentos	0		0		0	
Não divulgou/Não se aplica	17		18		19	

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 10 aponta, o índice de comparabilidade considerando os juros recebidos nas DFC analisadas pelas empresas da amostra se mostrou maior no ano de 2015 (H-Index = 0,6096), sendo então um valor moderado de comparabilidade. Nos anos posteriores, os índices de comparabilidade caíram e apresentaram valores baixos de comparabilidade, sendo que em 2016, para os juros recebidos, o H-Index foi de 0,5648 e em 2017, apresentou um valor de H-Index igual a 0,5264, sendo então valores baixos de comparabilidade entre as DFCs analisando-se o item de juros pagos.

Os resultados desta pesquisa quanto aos itens analisados quase que em sua totalidade, evidenciaram um baixo nível de comparabilidade para escolhas contábeis da DFC. Os resultados coadunam com os achados de Pinto et al. (2015), que investigaram o nível de comparabilidade das escolhas contábeis de empresas brasileiras listadas no Ibovespa, de acordo com a evidenciação de itens da DFC. Os autores identificaram que os itens de juros pagos, juros recebidos, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos e dividendos pagos, apresentaram baixo índice de comparabilidade para alguns itens em 2010.

O estudo de Botinha, Santos e Lemes (2013) analisaram o impacto das escolhas contábeis aplicadas à mensuração dos ativos biológicos após a adoção das IFRS e apontaram que após a obrigatoriedade das normas internacionais, as companhias passaram a adotar o valor justo para estes itens, resultando em práticas comparáveis. No entanto, conforme Silva, Martins e Lemes (2016) percebe-se que esta flexibilidade de opções de escolhas contábeis impacta na comparabilidade de relatórios contábeis. Assim, é possível que a flexibilidade das escolhas contábeis evidenciadas pelas empresas quanto à classificação dos itens da DFC, apesar de

estarem atendendo em partes à norma, pois estão utilizando de opções alternativas, tenham impactado na comparabilidade destes relatórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis publicadas nos relatórios financeiros pelas empresas devem fornecer informações úteis para que os usuários interessados sejam capacitados para tomarem decisões e alcancem seus objetivos e finalidades. Diante disso, as demonstrações contábeis devem abordar características quantitativas e qualitativas, para que representem fidedignamente suas informações. Dentre as características qualitativas aponta-se a comparabilidade, que permite que os usuários identifiquem e entendam similaridades dos itens e diferenças entre eles, considerando as demonstrações contábeis.

As escolhas contábeis são quaisquer decisões que tem como objetivo influenciar o resultado da Contabilidade, podendo ser assim flexível, no sentido de se ter a possibilidade de optar por um método para ser utilizado de diversos objetivos. No entanto, percebe-se que esta flexibilidade de opções de escolhas contábeis podem ter impacto na comparabilidade de relatórios contábeis.

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar se as escolhas contábeis adotadas pelas companhias com relação à DFC afetam o grau de comparabilidade dos relatórios financeiros das companhias listadas. Foi caracterizada como uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa e documental. A amostra foi composta de 25 companhias de capital aberto do setor bancário listadas na B3, cujo período de análise foram os anos 2015, 2016 e 2017.

Quanto aos dados, foram coletados os itens de nome da companhia, seu segmento, método de elaboração da DFC e as escolhas contábeis relacionadas à juros e dividendos pagos e recebidos, com relação às suas atividades operacionais, financeiras ou investimentos, baseando-se na pesquisa de Cole, Branson e Breesh (2011). Para se investigar o nível de comparabilidade das DFCs das empresas da amostra, foi calculado o Índice H (*H-Index*).

Os principais resultados apontaram que dentre os itens analisados das DFCs, considerando suas escolhas contábeis, o nível de comparabilidade se mostrou baixo para todos os anos. Destaca-se que todas as companhias adotaram em todos os anos o método indireto para elaboração de suas DFCs, apresentando, portanto, o maior grau de comparabilidade.

No entanto, o item que apresentou um grau médio de comparabilidade foi o de juros pagos, para todos os períodos investigados, ou seja, para este item, um maior número de empresas está adotando escolhas contábeis similares, tornando então, seus relatórios comparáveis ao se analisar os juros pagos. Apesar de o *H-Index* dos itens analisados se mostrarem em grande parte com baixo nível de comparabilidade nos três anos analisados (2015, 2016 e 2017) para as empresas da amostra, o ano de 2015 foi o período de maior comparabilidade para todos os itens investigados.

Espera-se que esta pesquisa contribua para a literatura no sentido de agregar um estudo que abrange o setor bancário, já que existem poucos estudos relacionados à comparabilidade de DFCs neste setor. Nesse sentido, como contribuição prática, a expectativa é de que bancos e instituições financeiras possam se conscientizar e refletir sobre a adoção de práticas de escolhas contábeis comuns para que favoreça a comparabilidade entre suas demonstrações contábeis.

Além disso, destaca-se que de forma geral, as empresas que compuseram a amostra não estão adotando as escolhas contábeis recomendadas pelo CPC 03, classificando seus itens da DFC conforma opções alternativas que a norma sugere, mas que, no entanto, suas Notas Explicativas não reforçaram ou evidenciaram claramente os motivos da definição da classificação alternativa nas suas demonstrações.

Os resultados desta pesquisa coadunam com os resultados de outras pesquisas que analisaram as escolhas contábeis da DFC, mesmo que de setores e países diferentes, pois os resultados são similares no que diz respeito ao baixo nível de comparabilidade de itens analisados. Como limitação desta pesquisa, aponta-se que como foi analisado um único setor da B3 o estudo se limita no sentido de que os resultados não podem ser generalizados e comparados a outros setores.

Para sugestão de estudos futuros, recomenda-se que outros períodos sejam analisados para que se observe uma tendência ou não de comparabilidade entre os relatórios contábeis. Além disso, também há a possibilidade de investigar a comparabilidade das demonstrações contábeis, incluindo a DFC de empresas de capital aberto listadas da B3 de setores diferentes, com o objetivo de verificar se existe um nível maior de comparabilidade entre eles. Sugere-se também a investigação da comparabilidade de empresas de outros países, com a finalidade de verificar se o comportamento de escolha contábil de empresas em outros países é semelhante aos de empresas brasileiras.

REFERÊNCIAS

B3. **Empresas listadas**. Disponível em: <www.b3.com.br/pt-br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-varivel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 25 jul. 2018.

_____. **Governança corporativa**. Disponível em: <http://ri.bmfbovespa.com.br/static/ptb/visao-geral.asp?idioma=ptb>. Acesso em: 01 out. 2018.

BARTH, M. E. Measurement in financial reporting: the need for concepts. **Accounting Horizons**, v. 28, n. 2, 331-352, 2014.

BOTINHA, R. A.; SANTOS, C. K. S.; LEMES, S. O uso das escolhas contábeis na mensuração do ativo biológico: um estudo comparativo entre companhias abertas brasileiras. IN: *SEMEAD - Seminários em Administração*, 16, v. 10, 2013.

COLE, V.; BRANSON, J.; BREESCH, D. **Determinants influencing the De facto Comparability of European IFRS Financial Statements**. 2011. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1967001>. Acesso em: 09 set. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em 30 jun 2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Sistemas CVM**. Disponível em: <www.sistemas.cvm.gov.br>. Acesso em: 02 out. 2018.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255-307, 2001.

GUIMARÃES FILHO, A. de J.; GOMES, E. R. Impactos internos das várias formas organizacionais de atuação em responsabilidade social corporativa nos grandes bancos no Brasil. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, v. 3, n. 1, p. 73-81, 2010.

JAAFAR, A.; MCLEAY, S. Country effects and sector effects on the harmonization of accounting policy choice. **Abacus**, p. 156-189, 2007.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAIS, V. O.; MARTINS, V. F. Escolhas contábeis na evidenciação da demonstração dos fluxos de caixa de empresas do setor de energia elétrica da BM&FBovespa. **RAGC**, v. 4, n. 13, p. 162-172, 2016.

MURCIA, F. D.; WUERGES, A. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações versus gerenciamento de resultados. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 2, p. 28-44, jun. 2011.

NOBES, C. IFRS practices and the persistence of accounting system classification. **Abacus**, v. 47, n. 3, p. 267-283, 2011.

OLIVEIRA, R. L. A. de. et al. A escolha do método de divulgação da DFC pelas empresas de capital aberto no Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 10, n. 1, p. 2-17, jan./abr. 2018.

PINTO et al. **Comparabilidade das escolhas contábeis na evidenciação da demonstração dos fluxos de caixa**. IN: Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 6. Florianópolis, SC, Brasil, 2015.

SILVA, D. M. da; MARTINS, V. A.; LEMES, S.. Escolhas Contábeis: reflexões para a pesquisa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 13, n. 29, p. 129-156, ago. 2016.

TAPLIN, R. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. **Accounting and Business Research**, v. 34, n. 1, 57–73, 2004.

WATTS, R. L. Accounting choice theory and marked-research in accounting. **British Accounting Review**, v. 24, n. 3, p. 235-267, 1992.